

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

LARYSSA MARIA DREHER PACOLA

**ARTE NA ABORDAGEM DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NO LIVRO
DIDÁTICO *HISTÓRIA.DOC* (PNLD 2020/2023)**

UBERLÂNDIA/MG
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

LARYSSA MARIA DREHER PACOLA

ARTE NA ABORDAGEM DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NO LIVRO
DIDÁTICO *HISTÓRIA.DOC* (PNLD 2020/2023)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
como exigência parcial para obtenção de
Título de Graduação em História –
Licenciatura.

Orientadora: Professora Dra. Nara Rúbia de
Carvalho Cunha

UBERLÂNDIA/MG
2024

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha – Orientadora
(Universidade Federal de Uberlândia)

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais – Examinador
(Universidade Federal de Uberlândia)

Prof. Bráulio Severino Ferreira – Examinador
(Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais)

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P121 2024	<p>Pacola, Laryssa Maria Dreher, 2000- Arte na abordagem da Ditadura Militar Brasileira no Livro Didático História.doc (PNLD 2020/2023) [recurso eletrônico] / Laryssa Maria Dreher Pacola. - 2024.</p> <p>Orientadora: Nara Rúbia de Carvalho Cunha. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em História. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. História. I. Cunha, Nara Rúbia de Carvalho, 1978- (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 930</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo principal analisar criticamente como o livro didático escolhido pela Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa (Polivalente) da cidade de Uberlândia-MG, no PNLD 2020/2023, e utilizado como recurso didático em aulas de História, para turmas de 9º ano do ensino fundamental, mobiliza elementos do campo das Artes (teatro, cinema, música, pintura e artes plásticas) na abordagem do tema da Ditadura Militar no Brasil. A metodologia de investigação entrecruzou a observação do cotidiano escolar e a análise de conteúdo do livro didático, bem como pesquisa bibliográfica sobre produção e usos de livros didáticos de História no Brasil na contemporaneidade. Como fontes de pesquisa recorro aos relatórios de estágios e anotações por mim realizadas ao longo de três semestres letivos, período em que permaneci na escola como estagiária, e ao volume 9 da coleção de livros didáticos *História.doc* desenvolvido por Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Buono Calainho, publicado pela editora Saraiva em 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Livros didáticos; Ditadura Militar no Brasil; Arte; Cultura Escolar.

ABSTRACT

The main objective of this article is to critically analyze how the textbook chosen by the Guiomar de Freitas Costa State School (Polivalente) in the city of Uberlândia-MG, in the PNLD 2020/2023, and used as a teaching resource in History classes, for 9th grade classes, mobilizes elements from the field of Arts (theater, cinema, music, painting and plastic arts) in approaching the theme of the Military Dictatorship in Brazil. The research methodology involved observation of everyday school life and content analysis of the textbook, as well as bibliographical research into the production and use of history textbooks in contemporary Brazil. As research sources, I turned to the internship reports and notes I took over the course of three school semesters, during which time I remained at the school as an intern, and to volume 9 of the *História.doc* textbook collection developed by Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria and Daniela Buono Calainho, published by Saraiva in 2018.

KEY-WORDS: History Teaching; Textbooks; Military Dictatorship in Brazil; Art; School Culture.

Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas.

Alain Choppin

INTRODUÇÃO

Desde o início da produção de obras didáticas do Brasil, em meados do século XIX, gravuras, mapas e ilustrações diversas eram usados como recurso pedagógico de forma intercalada aos textos verbais. Já na primeira década do século XX, através do professor Jonathas Serrano, do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, filmes foram acrescentados aos livros, pois se considerou o material fundamental para o desenvolvimento crítico e intuitivo dos estudantes que era gerado e estimulado pela arte. (BITTENCOURT, 2002).

Circe Bittencourt, professora doutora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e importante referência na pesquisa sobre livros didáticos no Brasil, explica em seu texto *Livros Didáticos entre Textos e Imagens* (2002) as concepções e características desse instrumento tão utilizado nas salas de aula brasileiras. Ela desenvolve a ideia de que, antes de tudo, um livro didático é uma mercadoria que passa por diferentes mãos e processos, levando consigo interferências variadas de questões e valores políticos, culturais, ideológicos e sociais.

Além disso, ela também o enxerga como um depositário de conteúdos escolares, que o torna suporte básico, sistematizador e referencial de diferentes assuntos, saberes acadêmicos transformados em padrões, conceitos e estereótipos que serão seguidos por mestres e discípulos, normalmente produzidos e perpetuados por preceitos de uma sociedade branca e burguesa.

Por esse motivo, para entender e analisar um livro didático em seus aspectos e contradições, é essencial levar em conta todos esses fatores acima citados. Outra questão que deve ser também percebida é o limite proposto para aquele material, relacionando razões técnicas tais como tamanho, linguagem e custo de sua produção. Seus textos curtos e simplificações negligenciam informações relevantes que prejudicam o entendimento, a reflexão e possíveis discordâncias com outras perspectivas de abordagem dos temas nele tratados. Desta forma, é necessário usá-lo com cautela e atenção, sem tomá-lo como uma verdade absoluta e oficial e, assim, comprovando a importância do papel do professor ao conduzir uma aula com esse recurso didático.

Kazumi Munakata (2016), doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e importante pesquisador brasileiro sobre livro didático, desenvolve em seu artigo *Livro Didático como indício da Cultura Escolar* alguns argumentos que se aproximam dos de Circe Bittencourt, passando pelas

possibilidades de usar o material como fonte para pesquisas na história da educação. Um elemento central abordado por ele é a importância de se conhecer a cultura escolar ao investigar um livro, pois ela incide diretamente em sua análise com as configurações múltiplas e variadas que ocorrem topicamente em determinada instituição de ensino.

(...) a noção de cultura escolar refere-se não apenas a normas e regras, explícitas ou não, símbolos e representações, além dos saberes prescritos, mas também, e sobretudo, a práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que ocorrem topicamente na escola. (MUNAKATA, 2016, p.122)

Ao se falar em cultura escolar, reconhece-se que a escola não é um ambiente que meramente reflete a cultura mais ampla em que está inserida, mas dela participa na dimensão da apropriação e ressignificação, ao invés da reprodução sem resistência. Assim, é importante pensar em como a escola interage com o universo cultural, como o traduz e nele implica com suas elaborações próprias, como por exemplo o livro didático, objeto peculiar da cultura escolar.

Desde sua criação em 1658, o livro didático é composto por transcrições “(...) do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização” (MUNAKATA, 2016, p. 123), além da presença de intervenções pessoais dos autores como a exaltação de identidade nacional e do objeto dotado de materialidade, sendo necessário, assim, decodificar sua visualidade. O autor amplia o aspecto do material ser um depositário de conteúdos, mostrando que ele é composto por métodos de ensino e dimensões fundamentais da cultura escolar que se modificam a todo tempo e lugar, tal qual a metodologia de aprendizagem de História focada em decorar nomes e datas, muito usada no passado e atualmente rechaçada.

Nesse sentido, ao salientar o livro didático nesta pesquisa, busquei me aproximar desse objeto da cultura escolar considerando o ambiente em que foi utilizado e o cenário mais amplo em que foi produzido. Em função dos limites desta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, restringi-me ao estudo de uma coleção didática adotada pela escola em que realizei estágios supervisionados de formação docente ao longo de três períodos letivos.

A Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa, mais conhecida como Polivalente, da cidade de Uberlândia – Minas Gerais, me recebeu durante três semestres da disciplina de Estágio Supervisionado do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)¹. A instituição tem por toda a parte, em seus muros e paredes, pinturas realizadas

¹Registro que fui extremamente bem recebida como estagiária nesta instituição, podendo acessar seus ambientes diversos e materiais didáticos, além de ser apoiada em minha pesquisa.

pelos próprios estudantes, além de cartazes com colagens, desenhos e outras tantas formas artísticas como festivais e apresentações em datas comemorativas feitas por discentes para suas famílias e comunidade. Ainda, quando indagados sobre a parte artística da escola e seus gostos, muitos elogiaram e relataram apreciar desenhar, dançar e assistir a filmes.

Como atriz e representante da Arte que sou, não pude esconder meu contentamento ao ver tanta iniciativa potente para tecer aproximações entre História e Arte. Sensibilizada por essa experiência e incentivada pela professora orientadora Nara Rúbia de Carvalho Cunha, interessei-me por pesquisar algo na interseção entre esses dois campos de conhecimento nos quais atuo. O recorte surgiu durante a produção de uma atividade para a componente curricular Estágio Supervisionado I, ofertada no curso de Graduação em História no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Ao elaborar um plano de aula sobre a Ditadura Militar do Brasil, propus-me a promover uma articulação entre Arte e História e percebi que, embora os livros didáticos atuais sejam bastante ricos em elementos textuais de gêneros diversos e também fomentem a interação com outros campos do conhecimento, a interface com a Arte precisava ser vista com cautela. Ao mesmo tempo que se percebe atualmente nos livros didáticos uma forte presença de reproduções de obras artísticas, por vezes essa interface não consegue agregar o potencial crítico da Arte, relegando-a à condição de ilustração (BUENO; GALZERANI, 2013).

Analisando a abordagem da Ditadura Civil-Militar nos livros didáticos, Osvaldo Rodrigues Junior e Leticia Seba, historiadores da Universidade Federal do Mato Grosso, explicam que eles excluem determinados setores da sociedade como a área cultural e artística, promovendo uma “história sem sujeitos” e ainda uma “falsificação da História”, já que a historiografia não permite um consenso sobre o golpe militar de 1964 e a Ditadura Civil-Militar, ainda que a vasta documentação permita rejeitar a ideia de “revolução” ou “democracia relativa” defendida pelas Forças Armadas (JUNIOR & SEBA, 2019). O problema persiste na medida que entendemos que a maioria das obras apresenta uma narrativa excessivamente centrada nos personagens políticos do contexto, tratando o assunto apenas de maneira factual e linear, sem contribuir para a problematização por parte dos professores e alunos, mantendo uma história tradicional.

Esses autores se baseiam teórico-metodologicamente nos critérios elencados por Jorn Rüssen para definir um bom livro didático de história: a forma como se apresentam

os materiais, a pluridimensionalidade e a pluriperspectividade. Segundo os autores, esse último critério é muito importante na abordagem do tema em questão, pois

(...) é necessária para que a experiência histórica seja apresentada também a partir da perspectiva dos afetados por aquele evento histórico, sem desconsiderar a existência de múltiplas perspectivas sobre um mesmo evento histórico. (JUNIOR & SEBA, 2019, p. 230).

Embora neste estudo eu não esteja trabalhando com o mesmo referencial, considerei pertinente investigar em que perspectiva os livros didáticos de História adotados na Escola Estadual Guimar de Freitas Costa se propõem a abordar a Arte, tanto na reprodução de obras artísticas para composição do texto didático, quanto na referência aos artistas e suas lutas durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, visto se tratar de um grupo bastante afetado e perseguido no período. Considerei em minha análise o ambiente escolar de apropriação desse livro.

Como fontes de pesquisa tomo o volume 9 da coleção de livros didáticos *História.doc* desenvolvido por Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Bueno Calainho, publicado pela editora Saraiva, integrante da coleção escolhida pela Escola para o segmento Ensino Fundamental, no edital PNLD 2020/2023. Recorro ainda a relatórios de estágios e anotações por mim realizadas ao longo de três semestres letivos, período em que permaneci na escola como estagiária. Assim, a metodologia de investigação entrecruzou a observação do cotidiano escolar e a análise de conteúdo do livro didático, bem como pesquisa bibliográfica sobre produção e usos de livros didáticos de História no Brasil na contemporaneidade.

No movimento investigativo, busquei identificar forças que convergem para a elaboração do livro didático, especialmente a influência do pensamento negacionista nos usos e abusos da memória, juntamente com a onda de ódio gerada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que governava o país durante o período de produção do livro. E, somada à análise do conteúdo do material didático, assumi a dimensão formativa que me compete enquanto docente, fazendo deste artigo um espaço de produção de conhecimentos histórico-educacionais, convidando a outras concepções de abordagem do tema na historiografia didática.

A ESCOLA ESTADUAL GUIOMAR DE FREITAS COSTA: ALGUNS ASPECTOS DA OBSERVAÇÃO DO COTIDIANO ESCOLAR

A Escola Estadual Guimar de Freitas Costa, mais conhecida como Polivalente, localizada na Avenida Morun Bernardino, 560, Bairro Presidente Roosevelt, foi meu

campo de Estágio Supervisionado I, II e III. Desde o início de minha inserção nesse ambiente, assumindo a concepção de Estágio como processo de pesquisa, adotei uma postura investigativa para minhas observações.

Segundo a professora Crislane Barbosa de Azevedo,

O Estágio Supervisionado não consiste em um momento pontual da formação. Por meio dele, o licenciando é inserido no mundo do trabalho docente e na prática social, podendo assim refletir sobre a profissão que assumirá e acerca das demandas sociais. Inserido na realidade da profissão, ele é orientado a questionar, a dialogar, a interagir, a construir o seu conhecimento, adquirindo meios para a formação da sua consciência política e social. (AZEVEDO, 2017, p. 46)

Como caminho metodológico de incorporação no ambiente escolar como estagiária, aproximei-me da pesquisa qualitativa, sob orientação da professora Nara Rúbia de Carvalho Cunha, que foi minha orientadora de Estágio Supervisionado I. Assim, além da análise de documentos normativos fundamentais para o funcionamento da escola, procurei estar atenta ao seu cotidiano, adentrando diferentes espaços buscando conversar com os sujeitos da escola e observar com disposição para ouvir e captar detalhes que muitas vezes passam despercebidos, captar os problemas e me colocar como sujeito implicado na busca de soluções. Considerei ainda em minhas observações o lugar onde está situada a escola dentro do espaço urbano.

A Escola está localizada próxima ao centro da cidade de Uberlândia/MG e atende a uma comunidade de classe média/baixa. É um bairro que se interliga ao entorno por vias rápidas e permite aos estudantes se locomoverem até a escola a pé ou de bicicleta, economizando dinheiro com transporte. É um local cercado por lojas e padarias, assim como uma igreja católica e uma grande praça. Entretanto, vários alunos moram em bairros distantes, especialmente em novos conjuntos habitacionais criados pelo programa *Minha Casa Minha Vida*, mas continuam na escola por uma identidade com o lugar e com as pessoas.

Retomando os relatórios das disciplinas e o Projeto Político Pedagógico, a instituição disponibiliza para a comunidade os ensinamentos fundamental e médio, de 6º a 3º ano nas modalidades Regular e Integral, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos terceiro e quarto períodos.

No ano de 2022, quando iniciei meus estágios, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico, a Escola contava com 406 matrículas², além de 43 docentes. A distribuição dos estudantes por sexo era de 40% masculino e 60% feminino, já por

²A escola ainda não contém um novo e mais atualizado Projeto Político Pedagógico (PPP).

cor/raça era de 40% que se autodeclararam brancos, 7% pretos, 45% pardos e 8% não declarados.

A área atual da escola é de 26.500 m², sendo considerada a maior área física de escolas estaduais de Uberlândia.



Imagem 1. Fachada da escola. Acervo pessoal.



Imagem 2. Pátio interno. Acervo pessoal.



Imagem 3. Pátio externo. Acervo pessoal.

Além de bem equipada, o colégio promove diversas atividades culturais e projetos, o que colabora e facilita a demonstração de importância da Arte como expressão e resistência. Ouvindo os estudantes, percebi que a maioria que utiliza desse ambiente acredita que a relação com a Arte é muito importante para a formação do indivíduo, ajudando a se expressar, ver o mundo e se identificar como agentes históricos e críticos.



Imagem 4. Pintura realizada por aluno. Acervo pessoal.



Imagem 5. Parede decorada com arte pelo alunado. Acervo pessoal.



Imagem 6. Muro externo também composto por desenhos dos discentes. Acervo pessoal.

A Escola tem uma conta no Instagram³ sempre atualizada pelos docentes para compartilhar os eventos e informações da escola com toda a comunidade. Possui apenas um pouco mais de 730 seguidores⁴ e traz em sua *bio* uma frase motivacional: “É a educação que faz o futuro parecer um lugar de esperança e transformação.” Atualmente é, a meu ver, extremamente importante e um ponto positivo para o estabelecimento de ensino ter e utilizar as redes sociais, mantendo uma boa, fácil e rápida comunicação com aqueles que são atendidos diretamente pela instituição.

A preocupação com uma formação transformadora também está presente no PPP da escola:

Acreditamos que a escola é o local que prepara o estudante, futuro cidadão, para a vida, e deve transmitir valores éticos e morais, e para que se cumpra seu papel deve acolher os alunos com empenho, para verdadeiramente transformar suas vidas. Aprender é desenvolver a capacidade de processar informações e organizar dados resultantes de experiências vivenciadas entre toda a comunidade escolar (professor/aluno/família). (PPP, 2022, p. 16).

Esse perfil está bastante atrelado a visões dominantes de educação no contexto neoliberal que vêm fomentando reformas educacionais desde as últimas décadas do século XX, mas a escola não se resume a ele.

De acordo com o PPP, as gestões recentes vêm realizando um trabalho com ênfase na participação da família na escola e com a busca de parcerias que ajudem na formação dos alunos, tanto como cidadãos comprometidos com certos valores, quanto como profissional no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, no movimento de aglutinação tensa de perspectivas várias que compõem a construção de uma cultura escolar, esse mesmo documento defende que a escola é um lugar que visa formar um discente capacitado para a educação superior e para a boa convivência em sociedade, além de oferecer à comunidade um espaço de reflexão e acolhimento.

São distintas as expectativas em que a postura crítica em relação à realidade parece tímida se comparada ao apelo de uma formação mais técnica e voltada para o mercado de trabalho. Contudo, ao passear vagarosamente pelos corredores da escola e observar o cuidado com os estudantes, percebo outras dimensões, mais comprometidas socialmente, com o fazer desse lugar um espaço de reflexão e onde o aluno se sinta acolhido. Também não posso desconsiderar a abertura da escola a diversos projetos em parceria com a Universidade, nos Estágios Supervisionado e nos Projetos Interdisciplinares, bem como o esforço de cursar uma Pós-Graduação, por parte do professor que me acolheu na escola

³<https://www.instagram.com/polivalenteuberlandia/?next=%2F>.

⁴Último acesso feito por mim em 04/10/2023.

como supervisor de estágio, conciliando trabalho e estudo. As parcerias e novos ambientes de formação buscados evidenciam um desejo de diálogo mais amplo com a sociedade e, portanto, deixa entrever uma abertura a outras possibilidades que vão além de normativas que têm afunilado a autonomia das escolas e dos docentes.

Nesse sentido, atentar-se para a cultura escolar é muito importante, uma vez que ao afirmar sua existência, reconhece-se a capacidade da escola em produzir uma cultura específica, singular e original tal qual a instituição estadual Guiomar de Freitas Costa, que não forma somente os alunos, mas também ideais que penetram, moldam e modificam a sociedade. Nas práticas cotidianas a escola vai se reelaborando constantemente, aproximando-se e distanciando-se das prescrições que vão definindo sua identidade. Por isso é necessário problematizar

a noção da escola como simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela, lugar portanto do conservadorismo, da rotina e da inércia. Para ele [André Chervel], a instituição escolar era capaz de produzir um saber específico cujos efeitos estendiam-se sobre a sociedade e a cultura, e que emergia das determinantes do próprio funcionamento institucional. (FARIA et al, 2004, p. 144-145).

Os historiadores da Educação entendem que para conhecer a cultura escolar é necessário se dedicar em investigar relatórios de visitas, o edifício, as salas de aula, os cadernos, ou seja, a vida escolar em geral.

Compreender as práticas escolares sob o prisma da cultura escolar é considerar aspectos que fazem parte do cotidiano da escola, entre eles os objetos materiais, os espaços e tempos escolares, as disciplinas curriculares e a ação dos sujeitos (são vários atores envolvidos no processo educativo) [...] é necessário [também] analisar o conjunto de normas e práticas definidoras dos conhecimentos que determinado grupo social deseja que fosse ensinado, e os valores e comportamentos a serem seguidos. (KANTOVITZ, 2015, p. 154-155).⁵

O livro didático é, sob essa ótica, um importante elemento da cultura escolar, que nasce para atender às suas necessidades, mas não está livre do controle externo e de uma gama de influências que concorrem para sua produção. Ele é uma importante fonte de pesquisa que deve ser lido como objeto cultural do seu tempo.

(...) no interior de seu texto, contém um contexto social, econômico, cultural e político. Esse conhecimento, portanto, não pode apenas ser analisado como algo estático e naturalizado como um conjunto de conhecimentos para ser absorvido pelos professores e repassado aos alunos de maneira inquestionável.” (KANTOVITZ, 2015, p. 167).

Como um artefato social e histórico, está sujeito a mudanças e flutuações. Ao nos aproximarmos dele podemos ver indícios da relação entre a escola e uma cultura mais ampla da qual participa. É possível refletir como o material didático influencia na relação

⁵Neste caso a gestão de Bolsonaro e o governo ditatorial do período do conteúdo.

da escola com o estudante e conseqüentemente com a família, a Igreja, o mundo do trabalho e as tantas outras formas de socialização, já que, como visto acima, pode ser submetido à padronização do ensino e da aprendizagem, sendo generalizante, intercessor, manipulador e prejudicial, constituindo uma cultura uniforme. Assim sendo, o livro de História passa a ser o objeto e produto crucial do estudo, o principal integrante do processo de formação e espaço de apropriação de conhecimentos e valores.

Na Escola Guiomar de Freitas Costa o livro didático é o principal material gratuito recebido para todos os estudantes. Eles são escolhidos na escola através de uma reunião realizada no ano anterior ao primeiro uso do material. A escolha é dividida em áreas de conhecimento e é pautada no Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁶, que traz as principais informações dos livros que foram analisados por especialistas e disponibilizados pelo Estado, de acordo com o edital de cada período do PNLD.

O Programa Nacional do Livro Didático foi criado em 1985, pelo governo federal, com a edição do decreto Lei nº 91.542 e consiste na distribuição gratuita de livros para os discentes das escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país, com exceção da educação infantil. O PNLD revela-se como o maior programa de livro didático do mundo que faz do Estado comprador mor de livros no Brasil. (BEZERRA, 2004, p. 02).

A aquisição de obras didáticas com verbas públicas para distribuição em território nacional está sujeita à inscrição e avaliação prévias, segundo regras estipuladas em edital próprio. De um PNLD a outro, os critérios foram aprimorados por intermédio de múltiplos olhares, leituras e críticas interpostas ao programa e aos parâmetros de avaliação.

Após envio das coleções didáticas aprovadas pelo MEC às escolas, todos os professores de cada disciplina, principalmente os mais antigos e que conhecem com propriedade o estilo dos alunos, participam e avaliam os diversos aspectos dos manuais: linguagem, ilustrações, diagramação, conteúdo e entre outros, para fazerem sua escolha dentro desse conjunto. As coleções escolhidas são reutilização até a próxima seleção de outras coleções.

O LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA.DOC: LIMITES E POSSIBILIDADES DA ESCOLA FRENTE A ESCOLHA DO PNLD 2020/2023

No texto *O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD*, Sonia Regina Miranda e Tania Regina de Luca (2004) observam a cronologia das ações do

⁶https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/componente-curricular/pnld2020-historia.

governo brasileiro em relação ao livro didático e constatam que, embora a estruturação de um programa de avaliação determinante dos processos de compra seja algo relativamente recente, o estabelecimento de uma ação afirmativa para os materiais didáticos surgiu durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando se instituiu, pela primeira vez, uma Comissão Nacional de Livros Didáticos, cujas atribuições envolviam o estabelecimento de regras para a produção, compra e utilização do livro didático. (MIRANDA, 2004, p. 123).

Todo e qualquer processo avaliativo pode ser problematizado e ter seus critérios questionados. Algumas pesquisas realizadas independentemente e outras patrocinadas pelo Ministério da Educação (MEC) indicaram, em momentos distintos, que há problemas incontestáveis e marcados por tensões, críticas e confrontos de interesses como a censura e ausência de liberdades democráticas dos materiais didáticos desenvolvidos no período da Ditadura Civil-Militar e, mais recentemente, no (des)governo de Jair Messias Bolsonaro. Essas práticas de censura e manipulação tendem a (re)produzir conteúdo ideológicos velados, com caráter manipulador e falsificador, geralmente com intenção de formar uma geração acrítica, veiculando de modo explícito ou implícito todo tipo de estereótipos e preconceitos, além de *fake news*.

Bolsonaro entre inúmeras declarações, em diferentes anos, relativizou e negou o período da Ditadura com frases como “Não houve golpe militar em 1964.” “Censura não existia no período militar.” (BOLSONARO apud MACÊDO, 2022, p. 30 e 35). Através de sentenças confusas e hipócritas com momentos de negação e minimização do acontecimento, sempre tentando isentar os generais do que ocorria nos porões do regime, o ex-presidente conseguiu espalhar o sentimento de ódio e inverdade por seus apoiadores e seguidores, o que atingiu diretamente na confecção dos livros didáticos que ficaram prontos e foram comprados e distribuídos em seus anos de desserviço.

Autores se autocensuraram para não perder espaço no MEC de Bolsonaro, muitos pedidos de alteração começaram a chegar ainda durante o período eleitoral, antecipando o posicionamento ideológico daquele que governaria.⁷

Na reta final das eleições presidenciais 2018, um movimento atípico tomou conta de ao menos quatro grandes editoras de livros didáticos do país. Autores de história, muitos conceituados e com longa carreira na educação, pediam para fazer modificações na última versão dos livros de história que iriam disputar a licitação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o ano de 2020, voltada à compra de obras para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). (...) Os próprios autores, antecipando o posicionamento ideológico do Governo Bolsonaro prestes a ser eleito, optaram

⁷https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/06/politica/1554504245_154102.html.

pela autocensura para não perder espaço potencial num mercado milionário. (EL PAÍS, 2019).

Os pedidos, que incluíam substituir a palavra “ditadura” por “regime”, e “golpe de 64” por “movimento”, em contraste com o recomendado pelas próprias diretrizes oficiais que citam “ditadura civil-militar”, surpreendeu até mesmo os editores. Além disso, solicitações de mudanças de imagens impactantes para algumas mais leves e a exclusão de charges foram registrados. A partir disso, entende-se que tópicos que tratariam sobre a arte e as formas de resistência não estariam presentes ou seriam pouco citados e aprofundados nos livros didáticos. É o que ocorreu com o material aqui analisado, já que foi escrito e publicado em 2018 para os anos 2020, 2021, 2022 e 2023.

A coleção de livros didáticos *História.doc* foi elaborado pelos doutores em História Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Buono Calainho e publicado pela editora Saraiva. A segunda edição da coleção foi preparada para se submeter ao edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2020/2023 e ela está alinhada com a Base Nacional Curricular Comum, atual documento normativo que define a organização dos currículos nas escolas de educação básica.

O material é disponibilizado em formato digital e também brochura, é bem colorido e diagramado, tem letras grandes, muitas imagens e é dividido em um texto principal e outros paralelos que abordam aspectos complementares ao texto principal. As unidades temáticas e os capítulos são iniciados com indagações aos alunos, no intuito de permitir ao professor mensurar e problematizar seus conhecimentos prévios sobre o assunto abordado, bem como instigar uma reflexão inicial sobre o mesmo. Os capítulos são compostos ainda por glossários, cronologias, mapas, atividades individuais e em grupos, assim como roteiros de estudos, estimulando a pesquisa.

O volume 9 tem uma capa azul e foi destinado ao nono ano do ensino fundamental.



Imagem 7. Capa. Fonte: E-docente.⁸

Em um primeiro contato visual com o livro é possível pensar em sua capa simples, que abusa de figuras tecnológicas como as imagens de evolução dos *videogames* e o próprio nome, em que o “.doc” faz alusão ao discurso neoliberal em educação que supervaloriza as novas tecnologias como elementos de salvação da educação. Nessa perspectiva neoliberal a escola se volta para uma demanda de maior grau de eficiência e produtividade de todos os segmentos profissionais e da sociedade como um todo, incluindo dos professores e alunos, a partir de relações ampliadas e plurais com tecnologias digitais.

Neste artigo analiso o capítulo 14 intitulado *Brasil: A República dos Generais* que contém 17 páginas (240-257), empregando diferentes gêneros textuais para abordar a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

⁸O livro *online* é idêntico ao físico, então optei por ele para uma melhor qualidade e facilidade na visualização. [História.doc - 9º Ano - e-docente \(edocente.com.br\)](http://edocente.com.br).

Segundo o pesquisador Marcos Napolitano, a implantação do governo ditatorial no Brasil foi motivado pelo medo da ascensão do comunismo trazido pela Guerra Fria, a favor da onda cristã e Ocidental dos Estados Unidos e contra a expansão soviética. Assim, a partir de um golpe de Estado de coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, que depôs o presidente João Goulart e durou 21 anos (1964-1985), o país viveu um regime de muitas restrições e violências, principalmente àqueles que se opuseram ao governo. (NAPOLITANO, 2014).

Pelo fato de o currículo escolar de História promover uma compreensão temporal dos acontecimentos em perspectiva linear, tradicionalmente a Ditadura Civil-Militar Brasileira é estudada no último bimestre do ano letivo, figurando nos últimos capítulos do material das séries de conclusão: 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, visto se tratar de tema da história contemporânea recente. Seguindo essa regra, o livro utilizado pela Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa (Polivalente) de Uberlândia/MG se enquadra no conjunto das coleções que se configuram a partir de uma visão global, tradicional e de história integrada, em que textos oficiais se tornam tradições, na qual a História é explicada pelo caminho ocidental articulado ao Brasil e outras partes do mundo como a América Latina e o Oriente, “(...) tendo por eixo condutor uma perspectiva de tempo cronológica e sucessiva, definida a partir da evolução europeia.” (MIRANDA & DE LUCA, 2004, p. 139).

O tema está contemplado na grade curricular da BNCC, que define as principais habilidades a serem aprendidas no estudo da Ditadura para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio:

EF09HI19 - Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

EM13CHS503 - Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

EM13CHS605 - Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo. (MEC, 2024).

Sabendo que o livro didático aprovado pelo MEC precisa estar em consonância com a BNCC, observo os elementos textuais que compõem a abertura do capítulo.



Imagem 8. Primeira página, início do capítulo. Fonte: E-docente.

A primeira página do capítulo é intrigante. Ela nos permite perceber e questionar alguns aspectos em debate na briga pela narrativa oficial sobre a Ditadura. À primeira vista encontra-se a bandeira do país, remetendo a ideais de patriotismo, reconhecimento e pertencimento da nação, em seguida nosso olhar é voltado para o título principal “Brasil: República dos Generais” que suaviza o termo ditadura e abre espaço para dúvidas em ao caráter ditatorial do governo. O texto básico em momento algum remete à palavra morte, assassinato ou tortura. relação à violência do período. A grande foto que retrata a prisão de 920 estudantes membros da União Nacional dos Estudantes (UNE) chama a atenção e abre possibilidade de indagarmos o porquê de sua escolha, já que mostra pessoas calmas, amistosas, tranquilas e até sorrindo, organizadas pacificamente em fila e conversando normalmente. Essas imagens selecionadas pelos produtores do livro didático abrem possibilidades de tensionar a compreensão da Ditadura como um período violento, no qual o Estado assassinou, torturou e violou direitos humanos.

A violência aparece nos textos nas páginas seguintes:

numeradas

Asilo político: concessão dada por um país a um cidadão de outro país que, entre outras situações, sofre perseguições políticas.

A Polícia Militar reprimia duramente manifestações estudantis contra o governo militar, espancando e prendendo quem protestasse contra a ditadura. A violência contra a manifestação que vemos na imagem foi tão grande, que o episódio ficou conhecido como sexta-feira sangrenta. Fotografia de 21 de junho de 1968. Rio de Janeiro, RJ.

Começam as violências

Com o Ato Institucional, as principais lideranças políticas, sindicais, estudantis e de esquerda do país foram punidas, enquanto outras pessoas eram presas sem acusação formal. Muitos eram espancados e torturados. Greves de trabalhadores foram proibidas. Para escapar das perseguições, muitos pediram **asilo político** em outros países.

O governo criou o Serviço Nacional de Informações (SNI). Agentes disfarçados se infiltravam nas universidades e repartições públicas, delatando quem fosse contra o governo. Peças de teatro foram censuradas e políticos, intelectuais e artistas enfrentaram Inquéritos Policiais Militares (IPMs) apenas porque defendiam a democracia.

O governo militar afirmava que havia dado o golpe para salvar a democracia, mas se mostrava cada vez mais autoritário e ditatorial.



242

Imagem 9. Trecho (grifos meus). Fonte: E-docente.

O subtítulo do pequeno texto “Começam as violências” leva a entender que a barbaridade para com as resistências começou apenas com a implementação do Ato Institucional, restringindo a verdade das crueldades que aconteceram provavelmente durante todo o processo ditatorial, se intensificando com os Atos Institucionais.

O texto central menciona diversas formas de violência, mas ainda não menciona os assassinatos. Vê-se uma ênfase na noção de o asilo político, que é expressão destacada. O texto é simples, formado por frases curtas e não é possível identificar a presença de diferentes perspectivas historiográficas sobre o evento, nem mesmo como indicação. Isso confirma que a construção do livro “(...) valoriza mais certos componentes em relação a outros e também oculta dos alunos certos aspectos (...)” (SACRISTÁN, 1995, p. 97). Vinte e um anos de opressão minimizados e simplificados em doze linhas, explicados de forma rápida e simples, sem nomear propriamente os culpados e responsáveis, inviabilizando e ofuscando mais uma vez as vítimas. A imagem, da mesma forma, não consegue ilustrar o tamanho das atrocidades.

No texto central a arte e os artistas são citados como alvo de perseguição política e censura. Contudo, não há maiores detalhes sobre suas atuações contra a Ditadura, não há detalhes sobre suas formas de resistência, que foram várias. Assim, a abordagem do lugar da arte como movimento de resistência no tema da Ditadura Civil-Militar do Brasil, especialmente neste livro didático, é vaga. A maneira como é mencionada não permite que o aluno possa relacionar intensamente e construir sentido de forma efetiva. (JUNIOR & SEBA, 2019).

O campo da arte viveu três momentos repressivos: o primeiro (1964-1968) no qual a classe artística era vista como subversiva e “inimiga da pátria” e teve como foco o teatro; o segundo (1969-1978) em que começaram de fato as ações repressoras, com instituição da Lei da Censura e divisões que fiscalizavam as obras e apresentações; e o terceiro (1979-1985) que limitava e controlava expressivamente todos os conteúdos e linguagens, através do controle policial, principalmente na música. A construção de um campo artístico-cultural de oposição sofreu com a falta de liberdade de criação e expressão, a perseguição de intelectuais e o obscurantismo da direita foi trazida pelo pesquisador Marcos Napolitano (2014) como “terrorismo cultural”. Com o surgimento do Ato Constitucional nº 5 (AI-5), um novo ciclo repressivo busca pôr fim à “guerra psicológica e revolucionária” criada pela arte.

Com a ascensão das vanguardas e do conhecido Tropicalismo, que propunha misturar as culturas do mundo Ocidental, incorporar o *pop* e ainda promover a diferença entre o arcaico e o moderno, foi se aproximando mais das massas e provocando desconfortos ao consumidor, fazendo-o refletir sobre aquele país em que vivia e transformando o pensamento da sociedade brasileira, em especial da classe média que mais participava. Para além da conscientização e catarse emocional, essa camada social era alvo de agressão, passando então a criticar radicalmente aquele contexto histórico e expandindo a contracultura e seus valores básicos (liberação sexual, experiência com drogas, busca da liberdade individual e de novas formas da vida comunitária).

Oposição no governo Costa e Silva

Em fins de 1966, surgiu uma oposição ao governo militar: a união dos líderes dos partidos políticos extintos pela ditadura. Carlos Lacerda, da UDN, Juscelino Kubitschek, do PSD, e João Goulart, do PTB, formaram a Frente Ampla.

Na sociedade brasileira, muitos ainda apoiavam o regime militar, mas muitos outros eram contra. A maioria dos artistas, em especial cantores e atores de teatro, criticava a ditadura com suas músicas e peças teatrais. Intelectuais e escritores também faziam oposição.

Tornaram-se comuns conflitos entre estudantes e a Polícia Militar.

No dia 28 de março de 1968, a Polícia Militar matou um estudante: Edson Luís de Lima Souto, de apenas 18 anos, gerando mais protestos.

Brasil: a República dos generais | CAPÍTULO 14 ◀ 243

Imagem 10. Trecho (grifos meus). Fonte: E-docente.

Neste outro enxerto do conteúdo percebe-se que governantes, políticos e pessoas de poder são citados. Inclusive, um dos ditadores, Costa e Silva, recebe um destaque com fonte maior e cor diferente, enquanto a oposição artística é novamente reduzida ao mesmo, sem desenvolvimentos, chegando a ser repetitivo. Como sugestão de melhoria, poderiam exemplificar as músicas e peças, assim como seus autores e até adicionar fotos para dar vida e rosto aos importantes envolvidos.

Grandes nomes da música, tais quais Caetano Veloso e Gilberto Gil, sofreram com o governo autoritário. Eles ficaram vários meses presos, sofrendo torturas que são narradas detalhadamente pelos próprios no documentário da Globoplay *Narciso em Férias*, e em seguida partem para o exílio, assim como Geraldo Vandré que fugiu do Brasil e teve sua canção censurada e proibida até 1979. No teatro, Antônio Bivar também se vê perseguido e busca abrigo em outro país. Essa situação se estende a vários artistas e diferentes setores artísticos e intelectuais como Glauber Rocha no cinema, Hélio Oiticica nas artes plásticas, na televisão, na pintura, fotografia e salas de aula. “Entretanto, apesar das tentativas da ala mais radical do regime militar, a cultura de oposição não deixou de pulsar nem parou de criticar o regime.” (NAPOLITANO, 2014, p. 107).

Os quadros abaixo são dois boxes, elementos textuais que são paralelos e se propõem complementares ao texto principal em livros didáticos. Geralmente eles remetem a temas de ampliação ou aprofundamento sobre o assunto. É comum nesses elementos textuais haver uma aproximação com outros campos, como a Arte.

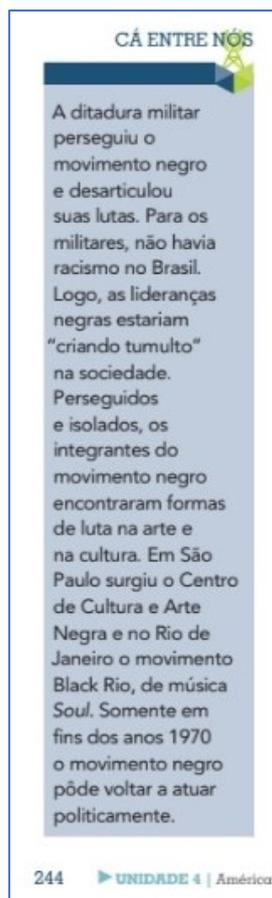


Imagem 11. Quadro 1. Fonte: E-docente.

O quadro permite uma breve incursão pela temática das relações étnico-raciais e faz referência ao Movimento Negro. Contudo, o assunto se tornou marginal em relação ao texto, ao ficar relegado ao box de aprofundamento. Não é um elemento textual que convida à leitura chamando atenção para o tema. Ao contrário, minimiza-o. E por se tratar do racismo, no contexto negacionista que tem se acentuado nos últimos anos, o fato desse assunto estar numa parte marginal do texto é altamente problemático, porque um texto não comunica só com suas expressões verbais, mas também com sua dimensão visual. Além disso, o conteúdo do quadro não aprofunda e nem instiga ao aprofundamento em relação à agência dos integrantes do Movimento Negro na resistência contra a Ditadura.

No tocante à Arte, o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abadias do Nascimento e importante movimento no cenário cultural, não é de forma alguma citado. Ele foi, assim como qualquer movimento em defesa dos negros, abatido pela repressão e pelo patrulhamento político-ideológico da Ditadura, levando ao fim um estilo de teatro que visava reconhecer o talento dos atores e atrizes negros que comumente eram deixados à margem nas montagens e produções, interpretando personagens secundários e estereotipados. Seu fundador precisou se exilar no Estados Unidos com o início do AI-5.



Imagem 12. Quadro 2. Fonte: E-docente.

Apesar de trazer interdisciplinaridade, os quadros não fixos *Cá Entre Nós*, *Fique de Olho* e *Outras Histórias* têm o intuito de aprofundar o tema com informações que, mesmo sendo parte importante da História, foram escolhidas pelos autores para serem vistas somente como curiosidades, complementos e aprofundamentos que são deixados literalmente de lado, tanto na diagramação quanto na prática.

Ao longo dos meus Estágios Supervisionados, seja como observadora ou regente percebi que, pela falta de tempo para cumprir o extenso cronograma e a pouca concentração dos alunos, até mesmo para dar conta de suas dúvidas e dificuldades, é recorrente pular os textos paralelos ou pedir para que efetuem a leitura em casa, o que sabemos que raramente é obedecido e seguido pelos discentes. Sendo assim, a pouca informação que se tem é ainda mais perdida.

Na imagem 12, o quadro Fique de Olho traz como dica de aprofundamento dos estudos o documentário *Uma Noite em 67*, sem ao menos indicar onde encontrá-lo, fazendo pensar se os alunos tirarão realmente um tempo, em meio ao seus outros afazeres e tarefas da escola, para procurar e assistir.

Movimentos musicais

A primeira fase da ditadura, entre a vitória do golpe militar em abril de 1964 e a imposição do AI-5, em dezembro de 1968, foi um período de grande produção e inovação artística no Brasil. Canais de televisão promoviam festivais de música, que revelaram nomes que depois ficaram consagrados na música brasileira, como Chico Buarque de Hollanda, Elis Regina, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Geraldo Vandré. Muitas canções continham mensagens com protestos políticos e sociais.

Também nessa época surgiu a Tropicália, que propôs juntar a música brasileira com o movimento de contracultura e o rock internacional. Os nomes mais conhecidos do tropicalismo eram os de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Marília Medalha e Edu Lobo se apresentam no 3º Festival de Música Popular Brasileira, no Teatro Record, em São Paulo, SP. Eles apresentaram a música "Ponteio", de Edu Lobo e Capinam, e conquistaram o primeiro lugar. Fotografia de 1967.



- Uma das canções de protesto mais conhecidas é "Apesar de você", de Chico Buarque de Hollanda, lançada em 1970. Considerando que a canção tinha como objetivo denunciar a situação política do país, pesquise sua letra na internet e explique o significado do pronome **você** na canção.

Imagem 13. Quadro 3. Fonte: E-docente.

Seguindo o padrão já explicado, o terceiro quadro também apresenta texto curto, historicamente raso e localizado de forma paralela. A arte que deveria ser entendida como teatro, cinema, música, pintura e artes plásticas recebe aqui um recorte na música, devido ao mais conhecido movimento da Tropicália, fazendo com que os alunos não reconheçam e/ou conheçam tanto os outros setores artísticos como parte participante da contracultura.

O livro didático e seus autores, presentes em um programa *nacional*⁹, propõem uma atividade que presume, mais uma vez, que todas as escolas e seus discentes têm conexão de internet e mecanismos que possibilitam tal feito (celulares, computadores, tablets e caixas de som, já que se trata de uma canção). Porém, em 2022, a Anatel registrou no Brasil 9,5 mil (6,8%) de instituições de ensino sem acesso à internet.¹⁰ Ainda que o meu campo de Estágio tenha sinal de *wi-fi* e sala de vídeo, durante minhas idas à Escola Guiomar de Freitas Costa notei e anotei alguns alunos sem *smartphones* por questões financeiras, o que impossibilitaria a realização dessa atividade, inclusive em casa.

⁹Grifo meu.

¹⁰<https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/em-2022-brasil-registrou-9-5-mil-escolas-sem-acesso-a-internet#:~:text=Em%202022%2C%20Brasil%20registrou%209.internet%20%E2%80%94%20Ag%C3%A4ncia%20Nacional%20de%20Telecomunica%C3%A7%C3%B5es.>

Outro aspecto a ser analisado é a ilustração do texto¹¹ a partir de uma imagem¹² aparentemente feliz, perpetuando no imaginário do estudante uma visão distorcida ou restrita dos fatos. No canto esquerdo é possível observar a presença de dois policiais oficiais devidamente trajados, o que representa a marcação e censura do período, mas sem interpretação e conhecimento, poucos dariam importância a essa informação que passaria despercebida como outras tantas. Além disso, por se tratar de músicas¹³ que utilizavam artifícios para esconder e subentender suas reais intenções de protesto e resistência, de modo a serem liberadas pelos censuradores, é impossível examiná-las sem a letra completa.

Não se pode menosprezar o papel do livro didático na formação dos estudantes, tanto porque ele expressa um intercâmbio entre a escola e o que é externo a ela quanto porque ele é, em muitos casos, o único material didático de acesso gratuito para os estudantes da escola pública. Em muitos casos ele se torna, inclusive, o próprio currículo dos docentes.

Diante dos problemas enfrentados por muitas escolas no Brasil, o livro didático acaba determinando o conteúdo e estratégias de ensino, deixando de ser apenas um dentre outros tantos instrumentos utilizados pelo aluno e professor para a construção do saber escolar. Além disso, não em raras as hipóteses é a única fonte do aluno que não tem acesso ou interesse de realizar outras leituras. (BEZERRA, 2017, p. 02).

O livro didático pode ser compreendido como elemento importante na escola, compondo os movimentos que ajudam os estudantes a filtrar informações, ver o mundo, e se posicionar nele. No contexto negacionista em relação a momentos cruciais da história do país, como a Ditadura Civil-Militar, bem como de elementos estruturantes da nossa cultura, como o racismo, e de perseguição a diversas formas e sujeitos de resistências, como a Arte e os artistas, a análise desse livro didático traz muitas preocupações quanto ao ensino de história que ele ajuda ou pode ajudar a promover.

(...) é de fundamental importância reconhecer que a memória opera com a seleção entre o que pode ser lembrado ou esquecido. Não é possível uma recordação total, pois a memória pressupõe o esquecimento, ou seja, uma necessária seleção do que vai ser lembrado e esquecido. Assim, tanto a memória como a História estabelecem uma seleção dos elementos

¹¹A diagramação desempenha um papel primordial na apreensão prioritária de uma ou outra linguagem e essa organização espacial, porém, será confirmada ou contrariada dependendo da narrativa e do vínculo com a mensagem principal. As imagens aqui usadas exercem a função de contraponto, demonstrando simplesmente o contrário do texto e da realidade. Visualmente e infelizmente, é a foto que chama mais atenção e pode ser entendida como verdadeira.

¹²Uma fotografia é fonte que precisa ser muito bem investigada, afinal ela possui resquícios da pessoa que a capturou, é um retrato de momento que pode ser moldado e modificado, tendo de ser analisada em conjunto com outras referências.

¹³O livro traz para esse tema apenas fotografias, filmes e músicas, abandonando outras importantes vertentes artísticas como peças teatrais, poesias, pinturas, esculturas, dança etc.

considerados relevantes para a sua constituição. Portanto, há uma relação intrínseca entre memória e poder em um jogo de forças que tem se mostrado bastante presente na dimensão historiográfica, jurídica e política. (BEZERRA, 2017, p. 05-06).

Embora seja notória a importância da arte para esse (e outros) período da História do Brasil, nota-se a partir da análise desse livro que ela ainda é abordada de forma tímida no ambiente escolar, isto é, ela ainda é relegada à dimensão do esquecimento nas disputas em torno da memória, das quais participam revisionistas e negacionistas desse passado sensível que deveria ser sempre evocado para que a sociedade pudesse, de fato, reelaborá-lo em suas sensibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar o livro didático é ofício de historiadores e professores de história. Embora a sua produção não seja definida pelos docentes e por especialistas, eles participam indiretamente desse processo, como revisores e no momento da escolha do livro a ser adotado na escola.

Compreender o processo que antecede a escolha do livro didático pelos professores na escola e o contexto em que ela se dá é fundamental para pensarmos nos limites e possibilidades desse material, que é considerado um grande símbolo da cultura escolar, ou seja, um elemento que representa a articulação da instituição com uma cultura mais ampla, sem tomar a escola como refém dessa última.

Fazendo um exercício analítico do livro didático, nos limites de uma pesquisa de TCC, analisei um dos volumes de uma coleção didática de História adotada pela escola onde realizei estágios supervisionados por mais de um ano. Recortei o capítulo relativo à Ditadura Civil-Militar e problematizei a abordagem da Arte dentro do capítulo, considerando a minha proximidade com a História e a Arte e também considerando a importância de tematizar o negacionismo de período tão traumático da história do Brasil, no qual houve importante resistência por parte dos artistas.

O assunto deste artigo me possibilitou produzir e compartilhar conhecimentos sobre uma das mais potentes formas de resistência contra a Ditadura Militar Brasileira: a Arte. Interessava-me disseminar informações sobre os diferentes estilos artísticos que lutaram contra o governo autoritário como a música e as artes plásticas, perpassando pelo conteúdo presente e ausente no livro didático analisado, por isso agreguei à análise informações que possam ser utilizadas por professores na sala de aula, na tentativa de aprofundar a abordagem da Arte no contexto da Ditadura.

Essa temática se faz relevante na história do Brasil e no cenário atual, em que se busca combater o negacionismo que tem se entranhado em nossa sociedade, assim como na formação crítica dos jovens estudantes, possibilitando a criação de um senso de historicidade e reflexão, enriquecendo a abordagem do tema e incentivando a percepção da importância das artes no mundo.

Almejei chamar atenção para a necessidade de incentivar os produtores de livros didáticos a confeccionarem materiais que se aproximem das artes na produção da historiografia escolar, principalmente do período ditatorial brasileiro, em que a cultura se fez muito importante para todo o cenário nacional e infelizmente não é devidamente valorizada.

Os livros didáticos, como elementos culturais do seu tempo, expressam seus conflitos e tensões. Além disso, por serem regulamentados pelo Estado, os livros didáticos são influenciados por grupos e pessoas que têm poder de decisão ou influenciam de alguma forma na sua elaboração, especialmente quando se considera o fato de serem objetos de consumo que precisam atender às demandas do mercado.

A Ditadura Civil-Militar é um tema de disputa em nosso país, assim como a arte foi e é um importante elemento de resistência, percebido e apreciado pelos estudantes da Escola Guiomar de Freitas Costa, como expressam seus muros e paredes. Contudo, a historiografia escolar que hoje está presente na escola, através do livro didático, faz da arte objeto de informação, muito mais do que informa sobre sua potencialidade enquanto forma de resistência, enquanto expressão de um modo de ver e estar no mundo. Tanto a Ditadura quanto a Arte foram silenciadas ou mal abordadas no livro didático adotado pela Escola.

Problematizar a História na interface com Arte ajudaria no processo de ressignificação do passado, a partir do presente, contribuindo para reparar a dívida histórica que pode superar a dor e o trauma marcado pela violência, tortura, prisões ilegais, mortes e desaparecimentos que, no caso do Brasil, seus agentes não foram sequer julgados ou punidos, corroborando para a falta de verdade e justiça.

É necessário considerar o processo de produção e de seleção do livro didático adotado pela Escola. Contudo, não se deve menosprezar que o livro didático *História.doc* não está correspondendo à valorização da Arte pela comunidade escolar, como se percebe na Escola Guiomar de Freitas Costas.

Nos limites desta pesquisa, não foi possível investigar as formas de apropriação do livro didático, especialmente no capítulo sobre a Ditadura. Um estudo sobre os usos e

apropriações desse material seria importante para perceber como os sujeitos da escola (professores e alunos) têm conseguido (ou não) driblar as limitações do material e aproximá-lo mais da sua cultura escolar, muito marcada pela Arte.

Além disso, a narrativa histórica sobre a Ditadura Civil-Militar apresentada pelo livro didático *História.doc* não é capaz de corresponder às expectativas de formação pretendidas pela Escola Guiomar de Freitas Costa, conforme expresso no seu PPP e no seu *Instagram*. Isso porque é uma narrativa que endossa esquecimentos, sujeitos de resistência e formas de luta contra a opressão. Nesse sentido, como ela poderia colaborar para a formação de cidadãos preparados para atuar de forma crítica no presente? Como ela poderia transformar as realidades, quer sejam pessoais ou coletivas, se não incorpora a agência de grupos sociais com os quais os estudantes se identificam porque deles fazem parte? Tenho curiosidade ainda de saber se outras instituições de ensino, menos afeitas à Arte em seu cotidiano, perceberiam as lacunas desse material didático.

É urgente a necessidade efetiva de reelaborar narrativas sobre a Ditadura que suavizam as atrocidades cometidas pelo governo militares e que não ajudam a fortalecer a democracia. A fim de contribuir para uma compreensão histórica política e cultural do Brasil que possa superar uma história tradicional, linear e centrada nas elites dominantes, considerados personagens importantes e primordiais, é necessário investir numa história que olhe para uma vasta gama de atores e agentes históricos, que lutaram e continuando lutando por um país melhor. Entre eles estão os artistas que combateram a Ditadura por meio da sua Arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

AZEVEDO, Crislane B. de. Estágio supervisionado como lugar de pesquisa: o caso dos estágios do curso de História da UFRN. _____. AZEVEDO, Crislane Barbosa de (Org.). *Docência em História: experiências de estágio supervisionado e formação do professor-pesquisador*. Natal: EDUFRN, 2017.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) *O saber histórico na sala de aula*. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. A Ditadura Militar nos livros didáticos: História e memória nos manuais de ensino de 1976 e 2016. In: *Contra os Preconceitos: História e Democracia*. XXIX Simpósio Nacional de História. 2017.

BUENO, João Batista Gonçalves e GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Propostas de leitura das imagens visuais em livros didáticos: uma incursão possível. In: GALZERANI, Maria Carolina B; BUENO, João Batista G. e PINTO JUNIOR, Arnaldo. *Paisagens da pesquisa contemporânea em Livro Didático de História*. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: CMU, 2013. pp. 267-285.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. Educação e Pesquisa, v. 30, n. jan./abr. 2004, p. 139-159, 2004. Tradução.

História.doc, 9º ano: ensino fundamental, anos finais/Ronaldo Vainfas [et al.]. 2. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2018. PNLD 2020-2023.

KANTOVITZ, Geane. *O livro didático de História como objeto material da cultura escolar: uma experiência a partir da Rede Salesiana de Escolas*. Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 152 – 179, jan./abr. 2015.

MACÊDO, Paulo César. *Revisionismos e negacionismos sobre a ditadura civil-militar no Brasil (2019-2022)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Mestrado Profissional em Ensino de História. 2022.

Ministério da Educação - Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de mar. 2024.

MIRANDA, Sonia Regina. *O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144 – 2004.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: Freitas, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. cap. 4, p. 271-296.

MUNAKATA, Kazumi. *Livro didático como indício da cultura escolar*. Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 20 n. 50 set./dez., 2016 p. 119-138.

MUNAKATA, Kazumi. *O livro didático: alguns temas de pesquisa*. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

NASCIMENTO, Abdias do. *Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões*. Estudos Avançados. 18 (50), 2004, pp. 209-224.

NAPOLITANO, Marcos. “No entanto é preciso cantar: a cultura entre 1964 e 1968”. In: 1964 – *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos; VILLACA, Mariana Martins. *Tropicalismo: As Relíquias do Brasil em Debate*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 35, p. 53-75, 1998.

Narciso em férias. Direção de Renato Terra, Ricardo Calil. Brasil: *Globo Filmes*. 2020. (83min). Disponível em Globoplay. Acesso em 16 de set. 2020.

OLIVEIRA, Carla Karinne Santana. *O livro didático ideal em questão: estudo da teoria da formação histórica de Jorn Rüsen em livros didáticos de história (PNLD-2008)*. 2012. 156 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PACOLA, Laryssa Maria Dreher. *Relatórios de Estágio (I, II e III)*. Universidade Federal de Uberlândia, 2021-2023.

Projeto Político Pedagógico. *Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa*. Uberlândia, 2022.

RODRIGUES JUNIOR, O.; SEBA, L. A ditadura militar narrada nos livros didáticos de história. *História & Ensino*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 217–237, 2019.

Uma noite em 67. Direção de Renato Terra, Ricardo Calil. Rio de Janeiro: Vídeo Filmes Produções Artística Ltda.; *Record Entretenimento*, 2010. (95min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pK6PadmRfIA&feature=youtu.be>. Acesso em 16 de set. 2020.